

# OS ESTUDOS DE EXTENSÃO PESQUEIRA NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Diego Neves de Sousa<sup>1</sup>

## Resumo

A trajetória histórica da extensão pesqueira foi semelhante a da extensão rural ocorrida no país, sendo conduzida ao mesmo tratamento de intervenção metodológica, bem como pautada por políticas públicas descontínuas. O objetivo deste artigo é mapear os estudos de extensão pesqueira encontrados nos Programas de Pós-graduação em Extensão Rural. Para isso, foram pesquisadas as dissertações defendidas no período de 1986 a 2014 nos três mestrados em Extensão Rural existentes no país. Entre os resultados, considerou-se que os estudos voltados às questões da extensão pesqueira são escassos e pouco explorados pela academia e instituições de pesquisa e extensão. A carência de dados técnicos, econômicos, sociais e ambientais deste setor é uma limitante para que técnicos extensionistas e empresas de ATER/ATEPA possam realizar uma adequada intervenção pautada nas especificidades dos pescadores e aquicultores familiares, visto que faltam conhecimentos empíricos e teóricos disponíveis para o desenvolvimento da atividade.

**Palavras-chave:** Extensão pesqueira, extensão rural, ATEPA.

## THE FISHING EXTENSION STUDIES IN THE POSTGRADUATE PROGRAMMES RURAL EXTENSION

### Abstract

The historical trajectory of fishing extension was similar to the extension occurred in the country, led to the same treatment intervention methodology and guided by public policy discontinuous. The aim of this article is to map the fishing extension studies in

---

<sup>1</sup> É Gestor de Cooperativas e mestre em Extensão Rural, ambos pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: diegocoop@hotmail.com

Postgraduate Programs of rural extension and research groups in Brazil. For this, we surveyed the dissertations in the period 1986-2010 in the three programs Postgraduate of Rural Extension about area Fisheries Extension. Among the results, it is considered that the studies related to the issues of fishing extension are scarce and are little explored for research institutions and extension. The lack of technical, economic, social and environmental sector this is a limiting factor for that extension and companies Ater / Atepa can perform an appropriate intervention guided for the specifics of fishermen and fish farmers, as lacking empirical and theoretical knowledge available for the development of activity.

**Key-words:** Fishing extension, rural extension, ATEPA.

## 1. INTRODUÇÃO

A situação atual da Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER no Brasil é prioritariamente pública para aqueles beneficiários indicados na Lei nº 12.188/10, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER, além de existir uma pluralidade de empresas prestadoras deste serviço e de modalidades de execução.

Desse modo, as ações de Ater pública devem viabilizar estratégias com enfoque na geração de postos de trabalho agrícola e não agrícola, ampliação das alternativas de renda e, conseqüentemente, ao fortalecimento da cidadania e melhoria da qualidade de vida. A nova política de Ater estabelecida em 2010 busca ser inovadora ao reconhecer as diferenças regionais, a pluralidade de conhecimento, a diversidade ambiental e socioeconômica no meio rural e nos diferentes territórios, permitindo ampliar espaços para experiências de diversas naturezas, mas que sejam guiadas pelos princípios e diretrizes enunciadas pela PNATER, numa perspectiva holística (MDA, 2004).

A designação oficial e o enquadramento da agricultura familiar como categoria habilitada para acessar recursos governamentais na área de Ater envolve uma enorme diversidade de beneficiários que têm na forma de produção e organização do trabalho, a base familiar. Em momentos anteriores, com a uniformização deste público, ou seja, com a não distinção de agricultores familiares dos demais segmentos (pescadores artesanais, aquicultores familiares, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, assentados, entre outros) foram desconsideradas suas

especificidades, assim como não houve contribuição para a implementação de programas governamentais direcionados a cada público diferenciado. Configura-se, desse modo, um problema para a produção do conhecimento e transferência de tecnologias, principalmente para os beneficiários de políticas públicas direcionadas ao meio rural que não tinham o reconhecimento de suas particularidades, interesses e demandas (BARBOSA, 2009).

Frente a essa realidade, em 2009 foi criada a Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola - ATEPA em consonância com os princípios e diretrizes da PNATER, criando, deste modo, uma referência ao atendimento pela ATER pública, às particularidades dos pescadores artesanais e aquicultores familiares. Anteriormente, em 2004, havia sido criada a Assistência Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - ATES para atender às necessidades específicas das famílias assentadas nos Projetos de Assentamento Rural sob coordenação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Assim, a ATEPA é uma modalidade de Ater criada com a finalidade de apoiar o desenvolvimento do setor pesqueiro sob a responsabilidade do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA.

A importância da pesca artesanal e da aquicultura familiar é reconhecida direta e indiretamente devido ao impacto positivo na geração de trabalho e de renda para uma grande parcela da população excluída e de baixa renda, além da atividade garantir a segurança alimentar das famílias.

Neste contexto, o objetivo deste artigo é mapear os estudos de extensão pesqueira encontrados nos Programas de Pós-graduação em extensão rural. Metodologicamente, foram pesquisadas as dissertações defendidas no período de 1986 a 2014 nos três Programas de Pós-graduação em Extensão Rural existentes no país. Esses cursos estão localizados na Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, Universidade Federal de Santa Maria - UFSM e Universidade Federal de Viçosa - UFV. A escolha desses programas é que se acredita que neles exista maior número de estudos nesta área, uma vez que a extensão pesqueira está intrínseca à extensão rural. Depois de identificados o número de dissertações defendidas na área de extensão pesqueira foi levantado por amostra suas respectivas abordagens, resultados e lacunas obtidos nos estudos.

## 2. HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO PESQUEIRA

A trajetória histórica da extensão pesqueira foi semelhante a da extensão rural ocorrida no país, sendo conduzida ao mesmo tratamento de intervenção metodológica, bem como pautada por políticas públicas descontínuas (CALLOU, 1983). Sendo assim,

a postura de órgãos públicos das três esferas diante do setor pesqueiro artesanal é historicamente pautada por uma mescla de autoritarismo e assistencialismo, em que a edição de instrumentos legais, a abertura de linhas de crédito, o apoio técnico às etapas produtivas e comerciais e o fomento à organização da produção não consideram os reais interesses e demandas dos pescadores artesanais, geralmente, relegados ao papel de meros espectadores dos processos que os envolvem e afetam seus interesses (VASCONCELLOS, DIEGUES e SALES, 2007, p.63).

No Quadro 01, segue uma síntese histórica das instituições criadas e das ações promovidas atinentes ao desenvolvimento da extensão pesqueira no período compreendido entre 1846 a 2009. Em seguida estão os principais marcos históricos mais bem explicados e discutidos.

**Quadro 01 – Linha do tempo das instituições e ações criadas para o desenvolvimento da atividade pesqueira no país.**

Ano	Instituição e ação criada para a atividade pesqueira e seu respectivo objetivo
1846	Os pescadores foram organizados em Distritos de Pesca, sob a responsabilidade da Marinha do Brasil, determinando a obrigatoriedade da matrícula (registro público) para os pescadores profissionais.
1910	A Inspetoria de Pesca realizou levantamento das espécies marinhas e determinou a criação de Colônias de Pescadores (pontos de fiscalização, vigilância da costa e de defesa nacional de fácil mobilização). Foi extinta em 1918.
1923	Foi criado o Serviço de Pesca e Saneamento do Litoral, fundamental para organização e defesa da pesca artesanal.

1930	Esse último organismo foi substituído pela Divisão da Pesca Artesanal, sendo marco da “tecnificação do setor pesqueiro”.
1942	As Colônias de Pescadores passam a serem subordinadas aos Comandos Navais e às Capitânicas dos Portos, para a vigilância e defesa das águas territoriais.
1961	Foi criado o Conselho de Desenvolvimento da Pesca - CODEPE, que visava conferir uma orientação única à política de desenvolvimento pesqueiro.
1962	Com a extinção da Divisão de Caça e Pesca, da Caixa de Crédito da Pesca e do CODEPE, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE, que centralizou todas as funções políticas e econômicas desses organismos, com o objetivo de crescimento da produção.
1967	Publicação do Decreto nº 221/67 que previa incentivos fiscais ao setor pesqueiro.
1968	Instituída a Política Nacional de Extensão Pesqueira.
1974	Em convênio com o Ministério da Agricultura, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Banco Nacional de Crédito Cooperativo - BNCC e SUDEPE foi criado o Plano de Assistência à Pesca Artesanal - PERCART, visando à assistência técnica aos pescadores e às suas organizações.
1980	Criou-se o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro com o objetivo de prestar assistência técnica aos pescadores artesanais. O serviço até então prestado pelo PESCART passa a ser realizado por esse instituto.
1989	Com a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a gestão da pesca e da aquicultura, antes realizada pela SUDEPE e com evidente foco produtivista, passa a ser atribuição do IBAMA, que passa a enfatizar a dimensão ambiental dos processos de atividades pesqueiras. Extinção do PESCART e da SUDEPE, momento em que os pescadores ficaram sem nenhuma instituição de assistência técnica e extensão para atender suas demandas.
1998	Responsabilidade e competência de apoio da produção e fomento à atividade pesqueira foram transferidas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, que passou a executá-las por intermédio de seu Departamento de Pesca e Aquicultura - DPA, permanecendo as responsabilidades com a política de preservação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais com o

	Ministério do Meio Ambiente – MMA/IBAMA.
2003	Criada a Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca - SEAP, na perspectiva de fomentar e desenvolver a atividade pesqueira, nos marcos de uma nova política de gestão e ordenamento, mantendo a dimensão da sustentabilidade ambiental.
2008	Lançamento do Plano Nacional de Extensão Pesqueira e Aquícola que contém os princípios, objetivos e diretrizes para a prestação dos serviços de ATEPA.
2009	A referida secretaria passa a ser Ministério a partir da Lei 11.958/2009, que cria o Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA em substituição à SEAP. É também criada a Lei 11.959/2009 que regula as atividades pesqueiras, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Inicia a execução do serviço de ATEPA.

Fonte: Adaptado de Barbosa (2009), Brasil (2008).

Com o intuito de amparar os pescadores da especulação imobiliária, o turismo desenfreado e a poluição ambiental, o governo criou em 1962 a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE, sob a ótica do difusionismo. Nesta época, segundo observações de Callou e Tauk-Santos (2003), a extensão pesqueira vinculou-se a uma filosofia educativa para o capital, influenciada nitidamente pela extensão rural americana, pautada em modelos persuasivos de comunicação. Isto é, a participação da comunidade de pescadores se configurava como passiva, pois cabia apenas a eles a adoção de pacotes tecnológicos difundidos pelos extensionistas.

Criada 20 anos depois de instituída a extensão rural no país, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento pesqueiro, a política de extensão pesqueira surgiu em 1968 pelo fato de o Brasil possuir uma imensa costa marítima, abundante número de pescados e pelo desamparo socioeconômico das comunidades de pescadores artesanais (BRASIL, 2008).

No final da década de 1960, influenciada pela lógica da Revolução Verde, a extensão pesqueira propõe a difusão de tecnologias modernas de pesca com foco no aumento da produtividade e renda do pescador, assim como apregoava a extensão rural na difusão de pacotes tecnológicos agropecuários, defendendo que a modernização do setor indicaria o melhor caminho para se alcançar o desenvolvimento social e econômico das comunidades pesqueiras. O auge dos esforços de modernização

neste setor foi nas décadas de 1970/80. No entanto, o resultado proposto foi negativo visto que as consequências para as comunidades de pescadores foram: a degradação ambiental, o empobrecimento, a diminuição drástica da produção e a exclusão social das famílias (BRASIL, 2008).

Em 1989, a SUDEPE e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER foram extintas, iniciando um processo acelerado de desmonte nas entidades prestadoras do serviço de Ater. O efeito mais drástico foi na extensão pesqueira que foi praticamente extinta ou totalmente desestruturada na maioria dos estados brasileiros (MPA, 2010). Segundo Vasconcellos, Diegues e Sales (2007) com a extinção da SUDEPE, os pescadores artesanais perderam um importante interlocutor, o PESCARD que foi lançado em 1974. Mesmo considerado um órgão com deficiências, tinha um relevante programa específico para este público.

Nos quatorze anos subsequentes (1989-2003) o setor foi coordenado pelo IBAMA, que absorveu diversas funções da instituição anterior, porém não tinha um setor de promoção da pesca artesanal, focando prioritariamente a gestão ambiental pesqueira numa sobre-exploração de grande parte das espécies (IDEM).

A criação em 2003 da então Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP, vinculada à Presidência da República, renovou a esperança do setor pesqueiro, com a concepção de políticas públicas visando fortalecer e reestruturar o setor, numa perspectiva pautada pela sustentabilidade e inclusão social. Assim, a extensão pesqueira é considerada estratégica para que os investimentos públicos sejam viabilizados, não apenas na implantação de projetos, mas, sobretudo, para a efetividade dos fins pretendidos, em especial, a modernização da cadeia produtiva do peixe, estimulando a parceria com estados e municípios, além de fomentar o associativismo e o cooperativismo. Neste contexto, no ano de 2008 é lançado o Plano Nacional de Extensão Pesqueira e Aquícola com a finalidade de orientar os princípios pautados em quatro pilares: acesso público e gratuito, desenvolvimento sustentável e participação, interdisciplinaridade e processos educativos. Além disso, foram elaborados os objetivos e as diretrizes com foco nos serviços de ATEPA, que se iniciaria a ser executado no ano posterior, apresentando a seguinte definição conceitual:

Serviço de acompanhamento, orientação técnica, discussão, organização e articulação com as comunidades pesqueiras e aquícolas, objetivando o seu desenvolvimento integral e

melhoria da qualidade de vida, através da geração de trabalho e renda e construção da cidadania (BRASIL, 2008, p.7).

Em 2009, configura-se o auge do setor pesqueiro com a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (Lei nº. 11.958/2009) e da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Lei nº. 11.959/2009) que regula as atividades pesqueiras na perspectiva de estruturar as bases do processo produtivo, apoiando na participação e nas diversidades culturais, a fim de fortalecer o desenvolvimento sustentável e o empoderamento das comunidades pesqueiras (BRASIL, 2008; 2009a; 2009b).

Portanto, o que se verifica neste atual cenário é que o estado passa a dividir a responsabilidade e o controle das políticas públicas com outras organizações de diversos setores, inserindo os atores sociais partícipes do processo no desenvolvimento da extensão pesqueira, além de garantir a continuidade das políticas públicas do setor pesqueiro iniciada com a criação da SEAP, hoje na posição de ministério.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Ao mapear os estudos realizados acerca da extensão pesqueira frente às várias e possíveis interfaces, nota-se que essa temática é ainda pouco explorada e estudada pelas instituições de ensino, pesquisa e extensão aqui consideradas.

Na percepção de Barbosa (2009), os poucos trabalhos existentes na área estão atrelados ao desconhecimento de suas diversas características e particularidades econômicas, das especificidades sociais e culturais e da situação conjuntural, o que se constitui numa das causas limitantes ao processo de fomento e sucesso das políticas públicas governamentais destinadas a essa categoria ligada aos agricultores familiares.

Quanto aos beneficiários, a designação oficial e o enquadramento da agricultura familiar como categoria habilitada para acessar recursos governamentais na área de Ater envolve uma enorme diversidade de públicos, que têm na forma de produção e organização do trabalho, a “base familiar”. Fazendo referência ao que determina a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a PNATER distingue os pescadores artesanais como os beneficiários da ATER pública, habilitando-os a receber os serviços prestados por organizações que executam a política. Essa designação representa um marco da inserção destes atores sociais que historicamente



estiveram à margem de políticas públicas voltadas à pesca artesanal, o que acarretava no ocultamento de características específicas e a consequente limitação para acesso aos recursos disponibilizados pelo Estado (BARBOSA, 2009).

Neste intento, no caso da pesca artesanal, o estudo conduzido por Vasconcellos, Diegues e Sales (2007) assinala que a precariedade de dados estatísticos é devido à complexidade e dispersão das comunidades de pescadores ao longo da costa brasileira o que dificultou a coleta de dados sistematizados, além da pouca relevância e visibilidade que caracterizavam esse setor, já que a prioridade governamental era dada à pesca industrial/empresarial. A situação se agravava ainda mais quando os poucos estudos que eram desenvolvidos tinham uma abordagem com enfoque biológico, desconsiderando aspectos sociais, econômicos e institucionais das comunidades de pescadores, o que acabou por tornar este setor mais invisível para as políticas públicas.

Neste sentido, a importância da pesca artesanal é reconhecida direta e indiretamente, sendo associada a um modo de vida (valor cultural) e a um modo de reprodução socioeconômica, devido ao impacto positivo da política pública na geração de trabalho e de renda para uma parcela da população de pescadores excluída e de baixa renda, além da atividade garantir a segurança alimentar das famílias dos pescadores.

Para confirmar tais explanações foram mapeadas as dissertações de todos os três Programas<sup>2</sup> de Pós-graduação em Extensão Rural existentes no país, localizados na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal de Viçosa (UFV) que tinha como foco questões atreladas a extensão pesqueira. Pressupõe-se que nesses programas exista maior número de estudos uma vez que a extensão pesqueira está intrínseca à extensão rural. Após esta etapa foram identificados o número de dissertações elaboradas na área de extensão pesqueira e seus respectivos focos/tema do estudo (Quadro 02).

---

<sup>2</sup> Na identificação dos trabalhos de Programas de Pós-graduação em Extensão Rural foram consideradas apenas as dissertações, visto que o doutorado da UFMS e o da UFV são recentes e, ainda, não obtiveram tese defendida com a temática Extensão Pesqueira, e na UFRPE apenas é oferecido o mestrado. O período de coleta das dissertações foi realizado de 2005-2014 na UFRPE, de 1976-2014 na UFSM e de 1969-2014 na UFV.

**Quadro 02 – Ano, número e instituição das dissertações defendidas na área de extensão pesqueira e seu respectivo foco/tema de estudo, identificadas no período de 1986 a 2010.**

<i>Ano</i>	<i>Número de dissertações</i>	<i>Instituição</i>	<i>Foco do estudo</i>
1986	1	UFSM	Movimentos sociais
1992	1	UFSM	Políticas públicas
1998	1	UFV	Organização social
1999	1	UFV	Movimentos dos ribeirinhos
2007	3	UFRPE	Desenvolvimento local
2008	1	UFRPE	Políticas públicas e desenvolvimento local.
2009	1	UFV	Políticas públicas
	3	UFRPE	Políticas públicas, capital social, rádio comunitária e desenvolvimento local.
2010	2	UFRPE	Cinematografia, desenvolvimento local, movimentos sociais e gênero.
2011	1	UFRPE	Políticas públicas e capital humano.
2012	1	UFRPE	Políticas públicas e gênero.
2013	1	UFRPE	Políticas públicas, gênero e desenvolvimento local.
2014	1	UFRPE	Participação, políticas públicas e gênero.

Fonte: UFRPE, 2014; UFSM, 2014; UFRPE, 2014.

No total foram defendidas 18 dissertações, sendo que a maioria proveniente da UFRPE com 13 frequências, seguida pela UFV (3) e UFSM (2), respectivamente. Destaca-se que os estudos de extensão pesqueira realizados na UFSM foram os primeiros datados da década de 1980/1990, mas depois disso cessaram. E os da UFRPE, nos últimos oito anos, estão em pleno crescimento quantitativo. Em suma, os focos dos estudos são bastante diversos, com destaque para os temas relacionados às políticas públicas e desenvolvimento local que diretamente estão interligados as linhas de pesquisa do Mestrado em Extensão Rural da UFRPE. A explicação dessa diversidade é que os trabalhos atuais estão sendo concebidos segundo a pluralidade de conceitos orientados pelos princípios e diretrizes da PNATER, pois no Brasil o campo da extensão rural é bastante amplo e diverso. Há uma pluralidade de

organizações e entidades, governamentais e não governamentais, que trabalham com o que se denomina formalmente de ATER (MDA/FAO, 2003). No âmbito das políticas públicas, a Lei nº 12.188/10 instituiu a PNATER, modificando a mesma política lançada em 2004.

Em seguida, a partir desse levantamento, foi verificado a abordagem, os resultados e as lacunas indicados pelos trabalhos. A amostra constituiu das dissertações da UFRPE, considerando que tem sido a instituição que mais tem trabalhado nos últimos anos e com maior quantitativo (72,2%) de produção em relação aos demais programas, conforme se verifica no Quadro 03.

**Quadro 03 – Abordagens, resultados e lacunas indicadas nas dissertações do Mestrado em Extensão Rural da UFRPE (2007-2014)**

<i>Ano</i>	<i>Título da Dissertação</i>	<i>Abordagens</i>	<i>Resultados e lacunas indicadas</i>
2007	<p>1. Extensão pesqueira, desenvolvimento local e participação popular: estudo de recepção do programa de combate à pobreza rural pelos pescadores familiares de Tejucupapo, Goiana - Pernambuco.</p> <p>2. Extensão pesqueira e desenvolvimento local: a experiência da secretaria especial de aquicultura e Pesca no estado de Pernambuco, 2003-2006</p> <p>3. Gênero e desenvolvimento local: a participação das mulheres na associação de pescadores e moradores na comunidade de a Ver-o-Mar</p>	<p>Compreender quais são as apropriações que os pescadores fazem da proposta do PCPR - Programa de Combate à Pobreza Rural.</p> <p>Analisar os projetos de Extensão Pesqueira da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR, entre 2003-2006, no Estado de Pernambuco na perspectiva do desenvolvimento local.</p> <p>Compreender a dinâmica da participação das mulheres na Associação de Pescadores e Moradores da comunidade de</p>	<p>Os pescadores possuem um limitado conhecimento a respeito da proposta do PCPR e, em consequência, sua participação, ainda que efetiva, acontece de maneira restrita e superficial.</p> <p>As ações dos projetos são por demais pontuais para dar conta da complexidade atual do setor pesqueiro. Além disso, eles não contemplam a pesca artesanal litorânea do ponto de vista de assistência técnica especializada.</p> <p>Falta a essas mulheres a solidificação de uma auto-imagem e confiança positiva, também necessitam desenvolver</p>

2007		a Ver-o Mar e seus rebatimentos no desenvolvimento local.	habilidades para pensar criticamente e romper com a reprodução dos valores sociais sexistas.
2008	4. Políticas públicas e extensão pesqueira para o desenvolvimento local: estudo das estratégias de comunicação dos projetos Renascer (PCPRII) e Promata (Peixe de Rede) nas comunidades de Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo, Goiana - Pernambuco.	Analisar as estratégias de comunicação utilizadas pelo Programa de Combate à Pobreza Rural, do Projeto Renascer, e pelo Projeto Peixe de Rede, do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (Promata).	As estratégias de comunicação aparecem de maneira muito incipiente, favorecendo resultados pontuais que ainda não contemplam às reais necessidades dessas comunidades que se utilizam das atividades pesqueiras para garantir melhores condições de vida para a comunidade e as futuras gerações.

2009	<p>5. As Políticas públicas e o desenvolvimento das comunidades de pescadores e pescadoras no interior de Pernambuco.</p> <p>6. Rádio comunitária, extensão pesqueira e desenvolvimento local: a recepção da emissora boca da ilha por pescadores e pescadoras da Ilha de Deus, Recife - Pernambuco.</p> <p>7. Políticas públicas e capital social para o desenvolvimento local da pesca e da aquicultura no Vale do Piancó - Paraíba (2003 - 2007).</p>	<p>Analisar o impacto das políticas públicas para o setor da pesca em Pernambuco no período de 2003 a 2007.</p> <p>Analisar a recepção da Rádio Comunitária Boca da Ilha pelos moradores da Ilha de Deus, no Recife, cuja principal atividade econômica é a pesca.</p> <p>Mapeamento das políticas públicas para o desenvolvimento local da pesca artesanal e da aquicultura na região do Vale do Piancó, Paraíba, entre 2003 e 2007, por meio dos projetos estabelecidos pelas organizações governamentais.</p>	<p>As políticas públicas para os diversos sistemas produtivos dos agricultores familiares e de pescadores também são necessárias e ainda deficientes, sobretudo quando se trata da atividade da pesca de águas interiores.</p> <p>A Rádio é uma parceira importante em futuros projetos de Extensão Pesqueira que venham a ser implementados na comunidade visto que a população ouve a emissora com frequência e vê a rádio comunitária como um veículo que auxilia na disseminação da cidadania entre os ilhéus.</p> <p>Ficou evidenciada, nos projetos estudados, a fragilidade na formação do capital social interinstitucional a partir do local que contribua para o sucesso das políticas públicas destinadas ao setor pesqueiro</p>
------	--	--	---

			para o desenvolvimento sustentável da região.
2010	<p>8. Mulher além da maré: um diálogo cinematográfico entre pesquisa ação, violência e desenvolvimento local vivenciados por pescadoras artesanais do município de Itapissuma (PE).</p> <p>9. Pesca artesanal e desenvolvimento local: o Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE (1990 - 2009)</p>	<p>Entender as especificidades do conflito de gênero e violência no contexto da pesca artesanal.</p> <p>Analisar o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), entre 1990 e 2009, buscando entender as contribuições desse movimento social para o desenvolvimento local em comunidades pesqueiras de Pernambuco.</p>	<p>Podemos atribuir ao recurso audiovisual, e a essa experiência, a satisfação das mulheres pescadoras de Itapissuma diante das suas histórias de vida retratadas na tela grande.</p> <p>Apesar do MONAPE contemplar diversas dimensões do desenvolvimento local, enfrenta uma crise sem precedentes, provocando uma contínua perda de representatividade junto aos pescadores artesanais. As disputas de poder internas e as dificuldades de gestão e comunicação afetam, principalmente, o capital humano e social construído ao longo dos últimos 21 anos.</p>
2011	<p>10. Políticas públicas e capital humano para o desenvolvimento local da pesca artesanal em</p>	<p>Analisar as políticas públicas de extensão pesqueira para o desenvolvimento</p>	<p>Os projetos implantados pouco contribuíram para um processo de formação de um</p>

	Porto de Pedras - Alagoas (2003-2009).	local no Município de Porto de Pedras, Alagoas, entre 2003 e 2009, por meio dos projetos estabelecidos pelas organizações governamentais.	capital humano que busque através da atividade pesqueira um viés para o desenvolvimento local do município.
2012	11. Políticas públicas e equidade de gênero em pesca artesanal: Projeto Pólo Peixe.	Conhecer os resultados da implantação de políticas públicas pesqueiras voltadas para a pesca artesanal e a construção da equidade de gênero.	A política pública que foi implementada nessas comunidades através do projeto Pólo Peixe, não contribuiu para o desenvolvimento local daquelas nem contemplou a equidade de gênero e o empoderamento socioeconômico das pescadoras.
2013	12. Transversalidade de gênero, desenvolvimento local e políticas públicas na cadeia produtiva da pesca artesanal nas comunidades de Brasília Teimosa e Itapissuma.	Analisar a partir de narrativas das pescadoras, a transversalidade de gênero nas políticas públicas do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, no que se refere à pesca artesanal na perspectiva do desenvolvimento local.	Limitada a inclusão das mulheres nos espaços de poder, nas decisões e participações nas diversas instâncias de elaboração e implantação do MPA.
2014	13. Mulher e pesca artesanal: a participação das pescadoras de rio Formoso-	Analisar participação política das pescadoras de Rio Formoso,	A desvalorização do trabalho das mulheres e a falta de reconhecimento



	PE na construção de políticas públicas para o desenvolvimento local.	localizado no litoral sul de Pernambuco, na construção de políticas públicas para o desenvolvimento local.	social pelos seus pares inviabiliza sua atuação política nos espaços democráticos.
--	--	--	--

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Outro indicador quantitativo do reduzido número de estudos na área da pesca são os Grupos de Pesquisa no Brasil registrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, no qual existe apenas seis grupos cadastrados na área da extensão pesqueira (CNPq, 2014).

Em relação ao estudo conduzido por Callou *et al* (2008) sobre o ensino da extensão rural no país verificou-se que apenas 5% dos professores de instituições de ensino superior da região norte e 5,88% no nordeste desenvolvem projetos de pesquisa em extensão rural com a temática pesca. Essa situação piora, ao verificar-se que nas regiões sul, sudeste e centro-oeste não existem nenhum projeto nesta temática.

Nota-se, com base nos dados apresentados, que estudos voltados ao setor pesqueiro e, principalmente, à extensão pesqueira, são escassos e pouco explorados pela academia e instituições de pesquisa e extensão. A carência de dados técnicos, econômicos, sociais e ambientais deste setor poderá ser um fator limitante para que extensionistas e empresas de ATER/ATEPA possam realizar uma adequada intervenção pautada nas especificidades dos pescadores e aqüicultores familiares, visto que faltam conhecimentos empíricos e teóricos disponíveis para o desenvolvimento da atividade.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações do setor pesqueiro são encontradas, na maioria das vezes, em documentos governamentais de ATER/ATEPA com certa desatualização, além de baixo número de trabalhos científicos desenvolvidos por universidades e institutos de pesquisa acerca dos pescadores artesanais e aqüicultores familiares, sobretudo em relação à extensão pesqueira no contexto das dissertações dos Programas de Pós-graduação em Extensão Rural.

A importância e a necessidade de diversos estudos nesta realidade empírica se revelam como ponto primordial para subsidiar

informações para as intervenções sociais, seja para a empresa de ATER/ATEPA seja para os extensionistas. As discussões deste contexto se potencializam com a criação da PNATER que rompeu com a trajetória da extensão rural, antes pautada somente pelo difusionismo, estando no presente momento aberta a novas perspectivas e desafios teórico-metodológicos. Outro ponto importante é a inclusão dos pescadores artesanais e aquicultores familiares como um dos públicos prioritários desta política pública, bem com a criação de uma modalidade de ATER específica para eles, no caso a ATEPA. Mesmo que o serviço de ATEPA ainda não seja conhecido pelas empresas prestadoras deste serviço ou, talvez, não atrelem o nome desta política pública às ações de extensão pesqueira realiza por elas.

Conclui-se, portanto, que estudos voltados às questões da extensão pesqueira são escassos e pouco explorados pela academia e instituições de pesquisa e extensão no âmbito, principalmente, dos Programas de Pós-Graduação em Extensão Rural no Brasil. A carência de dados técnicos, econômicos, sociais e ambientais deste setor é um fator limitante para que extensionistas e empresas de ATER/ATEPA possam realizar uma adequada intervenção pautada nas especificidades dos pescadores e aquicultores familiares, visto que faltam conhecimentos empíricos e teóricos disponíveis para o desenvolvimento da atividade.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, J. C. **Pescadores artesanais e políticas públicas: o Pronaf em Anchieta-ES**. 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG. 2009.

BRASIL. **Plano Nacional de Extensão Pesqueira e Aquícola**. Brasília: SEAP/PR, 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 11.958**. Dispõe sobre a transformação da secretaria especial de aquicultura e pesca da presidência da república em ministério da pesca e aquicultura, cria cargos em comissão do grupo-direção e assessoramento superiores - das e gratificações de representação da presidência da república; e dá outras providências, 2009(a).

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 11.959**. Dispõe sobre a Política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca, regulando as atividades pesqueiras, 2009 (b).

CALLOU, A. B. F; TAUk-SANTOS, M. S. Extensão pesqueira e gestão no desenvolvimento local. In: PRORENDA RURAL-PE. **Extensão pesqueira: desafios contemporâneos**. Recife: Bagaço, 2003, p.223-236.

CALLOU, A. B. F. A extensão pesqueira como disciplina recente na universidade brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PESCA, 3, 1983, Manaus. **Anais...Manaus: Associação dos Engenheiros de Pesca da Amazônia**. p. 285-300.

CALLOU, A. B. F; PIRES, M. L. L. S; LEITÃO, M.R.F.A; TAUk-SANTOS, M. S. O Estado da Arte do Ensino da Extensão Rural no Brasil. **Extensão Rural (Santa Maria)**, v. 16, p. 84-114, 2008.

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Busca textual de grupos certificados na base atual do diretório**. Disponível em < <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>>. Acesso em: 09 de nov. 2014.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário/ FAO – Food and Agriculture Organization. **Perfil das instituições de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares e assentados no Brasil**. Brasília, 2003.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: SAF; DATER, 2004.

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura, Brasil 2008-2009**. Brasília: MPA, 2010.

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco. **Relação de dissertações**. Disponível em <<http://www.ufrpe-posmex.br/>>. Acesso em: 02 de mai. 2011.

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. **Dissertações defendidas no PPGExR**. Disponível em <<http://w3.ufsm.br/ppgexr/index.php/biblioteca-digital/dissertacoes>>. Acesso em: 02 de out. 2014.

UFV – Universidade Federal de Viçosa. **Dissertações e teses**. Disponível em: <[http://www.novoscurso.ufv.br/posgrad/ufv/posextensaorural/www/wp-content/uploads/2012/02/Lista-Disserta%C3%A7%C3%B5es\\_EXT-07-2013A.pdf](http://www.novoscurso.ufv.br/posgrad/ufv/posextensaorural/www/wp-content/uploads/2012/02/Lista-Disserta%C3%A7%C3%B5es_EXT-07-2013A.pdf)>. Acesso em: 02 de out. 2014.

VASCONCELLOS, M; DIEGUES, A. C; SALES, R. R. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. In: Costa, A. L (org.) **Nas redes da pesca artesanal**. Brasília: Ibama, 2007.